

DÚVIDA NO ACORDO COM O FUNDO

Waiver é opção prática

O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, não deverá decidir nada sobre os caminhos que tomará nos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional, antes da viagem que fará à Washington, no final do mês, para participar do comitê interino da instituição. Entre as opções do ministro estão o pedido de *waiver* — dilatação de prazo no cumprimento das metas fiscais prometidas no acordo feito pelo governo Collor —, ou a negociação de um novo acordo.

“Um dos objetivos da visita do ministro é justamente conversar sobre isso com o diretor gerente do FMI, Michel Camdessus, e os governos dos países industrializados”, disse uma fonte brasileira. Resende afirmou que o Brasil poderá pedir o *waiver*, após encontro com o negociador da dívida externa, Pedro Malan.

O prazo final para a efetivação do acordo de renegociação da dívida externa — novembro — torna o pedido de *waiver* a saída mais prática, pois abreviaria os entendimentos. Um programa de estabilização ativo com o Fundo é condição contratual obrigatória para o fechamento do acordo com os bancos.

Em lugar de começar tudo de novo, o FMI recolocaria o acordo de janeiro do ano passado em vigor, com novas metas. Politicamente, no entanto, este pode não ser o caminho mais recomendável. A solicitação do *waiver* deixaria a direção do FMI e os governos do G-7 (o grupo dos sete países mais fortes do Ocidente) numa posição difícil.

Em janeiro do ano passado, quando aprovaram programa de estabilização que Marcílio Marques Moreira negociou com o FMI, vários diretores executivos da instituição advertiram o País e o diretor do FMI, Michel Camdessus, que pedidos de *waiver* não seriam bem recebidos. Reverter essa atitude exigiria um trabalho de convencimento político que o governo Itamar não parece estar apetrechado para fazer, quando menos porque as pré-condições para o sucesso de medidas de estabilização econômicas no Brasil no momento são mais desfavoráveis do que as que levaram a repetidos fracassos nos últimos dez anos. Ao negar um pedido de *waiver*, no en-

tanto, os países do G-7 teriam que assumir parte da responsabilidade política pelo colapso do acordo entre o Brasil e os bancos credores, que levou perto de dois anos para ser negociado.

Segundo fontes financeiras familiarizadas com o pensamento de alguns países do G-7, a disposição inicial é negativa. Mas o desejo de preservar o acordo com os bancos pode forçar uma mudança de atitude. O ceticismo dos Estados Unidos, por exemplo, ficou patente há duas semanas, quando uma comissão interministerial de reguladores bancários recomendou que os bancos americanos credores do Brasil sejam instruídos a elevar de 60% para 70% a margem de reservas obrigatórias contra o seu risco no País. Com os efeitos nefastos embutidos na medida, executivos do comitê de bancos classificaram-na de “injusta” e “desnecessária” e iniciaram gestões junto ao Tesouro para que a decisão seja revertida antes de ser formalizada.

Paulo Sotero de Washington



Camdessus

Arquivo/AE

JORNAL DA TARDE 10 ABR 1993